



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Segurança pública posta em causa devido ao desprendimento sucessivo de reboco das paredes dos edifícios antigos

Recentemente, registou-se o desprendimento de reboco de paredes em dois edifícios antigos privados e, felizmente, ninguém ficou ferido. No entanto, existem em Macau cerca de 7000 edifícios antigos, portanto, acredita-se que casos semelhantes vão voltar a acontecer. Apesar de a lei já definir claramente que os proprietários são responsáveis pelas suas propriedades, este tipo de incidentes demonstra que, na realidade, a maioria dos proprietários, pelas mais diversas razões, não está a cumprir as disposições legais e a assumir efectivamente os trabalhos de reparação e manutenção dos edifícios, situação que não apenas não consegue diminuir os eventuais encargos e responsabilidades dos proprietários daí decorrentes, como também constitui uma ameaça para a segurança pública.

No ano passado, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas e os dirigentes da sua tutela afirmaram, na Assembleia Legislativa, que, devido à falta de recursos humanos e ao elevado número de edifícios antigos, era difícil os serviços públicos intervirem em todos os casos, e que só se podia recorrer aos meios de divulgação, para incentivar os proprietários ou as assembleias gerais do condomínio a candidatarem-se ao Fundo de Reparação Predial e a procederem à reparação dos edifícios. Contudo, tendo em conta o número de pedidos dos quatro planos de apoio financeiro disponíveis e os sucessivos incidentes registados em diversos edifícios, a iniciativa não surtiu, obviamente, os devidos efeitos.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Para os edifícios que já constituíram a assembleia geral do condomínio ou contrataram uma empresa de administração, os referidos planos de apoio financeiro são, sem dúvida, um incentivo, mas, para as empresas de administração predial que estão a tomar conta dos edifícios em gestão de negócios, é muito difícil chegar a um consenso com os proprietários. Quanto aos edifícios que não dispõem de assembleia geral do condomínio, de empresa de administração, nem de qualquer gestão por parte dos moradores, o efeito desses planos é ainda mais reduzido e, mesmo que alguns proprietários responsáveis queiram promover a reparação, enfrentam sempre muitas dificuldades no processo de organização e não conseguem avançar com as obras. Isto deve-se, de um modo geral, ao baixo nível de consciência dos proprietários que moram nestes edifícios em relação ao cumprimento da lei e à falta de disposições e medidas obrigatórias para a reparação, assim sendo, os problemas ficaram por resolver até à ocorrência de tragédias.

Neste sentido, para superar as dificuldades identificadas e resolver os problemas, o Governo e os serviços competentes não podem ficar satisfeitos com a situação actual, mas antes devem tomar medidas mais específicas e definir planos de curto, médio e longo prazos para a produção legislativa e a distribuição dos recursos humanos, de modo a evitar casos semelhantes, a melhorar o ambiente habitacional dos moradores e a assegurar a segurança pública.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Em Macau, existe um número considerável de edifícios antigos, que implicam diferentes níveis de risco, por isso, o Governo deve incumbir os serviços competentes, as organizações académicas, as instituições cívicas e o sector em causa, ou estabelecer uma ligação entre eles, para se proceder à avaliação de todos os edifícios



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

e encontrar, na medida do possível, os que apresentem alto risco, criando assim uma base de dados e prestando, atempadamente, apoio aos mesmos. Vai fazê-lo?

2. No âmbito do tratamento de infiltrações de água, o Governo aproveitou plenamente a força do sector, proporcionando meios de resolução à população através da publicação da lista de entidades qualificadas. Assim sendo, o Governo e os serviços competentes devem ponderar sobre a criação de incentivos ou a adopção de outras medidas, para que os profissionais do sector tomem a iniciativa de prestar serviços de consulta ou de avaliação aos edifícios de que necessitam, por forma a apoiar a sobrevivência e o desenvolvimento do sector e a proporcionar aos cidadãos meios de reparação mais convenientes. Vão fazer isto?

3. O andamento da renovação urbana e da reconstrução é lento, e os riscos potenciais de desprendimento de reboco das paredes dos edifícios antigos continuam a aumentar, portanto, é difícil resolver o problema definitivamente apenas através de medidas de incentivo e de sanções. Assim sendo, numa perspectiva de longo prazo, o Governo e os serviços competentes devem ponderar sobre a obrigatoriedade da vistoria dos edifícios como medida preventiva e, mesmo não estando reunidas as condições para tal, um governo responsável deve iniciar os trabalhos preparatórios ou proceder a uma ampla consulta pública, para recolher as opiniões da sociedade. Vão fazer isto?

21 de Fevereiro de 2024

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lo Choi in**